



## CONVIVÊNCIA EM ATO ON-LINE:

**Experiência de inovação em tecnologia social de estratégia socioeducativa com crianças e famílias na Rocinha, RJ – em tempos de pandemia do COVID19.**

EDVALDO ROBERTO DE OLIVEIRA<sup>1</sup>

MARIA LÚCIA MARTINS PINTO LARA<sup>2</sup>

YASMIN FRANÇOIS<sup>3</sup>

Em uma mirada sobre a situação social, no Brasil, nos períodos históricos dos anos 80 e dos anos 90 do século XX, de uma forma comparativa, é possível identificar uma significativa diferença entre os dois períodos: no primeiro destaca-se a pobreza e no segundo a desigualdade.

Entende-se que a pobreza é explicada como um problema de conjuntura que se relaciona com ciclos econômicos; a desigualdade, por sua vez, passa a se constituir com um novo modelo de crescimento sob as diretrizes neoliberais que avançam na América Latina, estabelecendo:

- I) A contenção de gastos públicos (e, conseqüentemente do investimento em políticas sociais);
- II) A privatização do patrimônio público para pagamento das dívidas estatais;
- III) Uma reforma tributária que diminuísse a intervenção estatal no mercado e, beneficiasse o grande capital;
- IV) A abertura às importações como forma de garantir a concorrência;
- V) A liberalização comercial.

(CARCANHOTO APUD TESSAROLO E KROHLING. 2011:13)

Recorrendo a contribuição de Milton Santos, o seu livro “Por outra Globalização do Pensamento Único à Consciência Universal” aponta a diferença quando se refere a pobreza como acidente natural ou social, enquanto a desigualdade fala de exclusão social, uma pobreza discriminatória em mundo marcado pelo consumo em que dinheiro é o nexos social obrigatório (SANTOS, 2001:70)

---

<sup>1</sup>- Mestre em Serviço Social – PUC/Rio, especialista em Direitos da Criança e do Adolescente pelo ISMP/RJ e Coordenador do Laboratório de Estudos em Política de Proteção da Assistência Social com foco na Convivência da Associação Mãe África/AMA – Inovações em Tecnologia Social.

<sup>2</sup> - Pedagoga, especializada em educação infantil e da equipe de assessoria pedagógica da Escola Dinâmica de Ensino Moderno/EDEM

<sup>3</sup> - Assistente Social e Educadora Social da experiência piloto Ação Parceira Educação e Proteção Social – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/SCFV com crianças de 4 a 6 anos e 11 meses – Rocinha /Rio



Na esteira das transformações sociais e econômicas desenvolve-se um modelo liberal de lidar com a pobreza. De um lado, a precarização do emprego e do trabalho; do outro, a proteção social de caráter focalista conformada em programas sociais centrados em grupos considerados mais vulneráveis sob critérios emergenciais.

De tal modo que a desigualdade caminha *pari passu* com o processo de urbanização que se configura no cotidiano por meio de um modo de vida cujas expressões são: impessoalidade nas relações; contato físico e relações distantes – o fenômeno do “homem na multidão”; maior mobilidade, instabilidade e insegurança; a participação em diferentes grupos sociais; as instituições de maneira geral atendem às necessidades de massas em vez do indivíduo.

Na paisagem urbana, a desigualdade aparece com fragmentação das redes de relações sociais e a segregação da pobreza em territórios que são verdadeiros enclaves entre os “bairros privados” dos mais ricos.

É relevante considerar a vulnerabilidade social para além da sua dimensão material – renda precária ou nula, por exemplo admitir a dimensão relacional menos visível como anota Maria do Carmo B. de Carvalho:

O exacerbamento do individualismo, a atomização social, o esfacelamento de organizações familiares, nos quais os indivíduos já encontram redes de relação e trocas regidas pela reciprocidade que conformam o mundo da vida. Ou seja, vínculos relacionais de apoio e pertencimento (CARVALHO, 1997:17)

Diga-se que esses territórios urbanos, cada vez, se apresentam marcados pela violência e expressiva precariedade, em particular, na oferta de serviços de saúde, educação, cultura, lazer, ao lado de condições inadequadas de moradia e de saneamento.

Neste cenário, em que a lógica do mercado do modelo econômico vigente determina a possibilidade de acesso aos bens e serviços, as políticas sociais perdem legitimidade.

Em relação à educação, ainda que se reconheça que a partir dos anos 90 do século passado tenha ocorrido uma grande expansão no processo de escolarização de crianças/adolescentes com a oferta, sobretudo, do ensino fundamental, é oportuno questionar a relação entre as transformações sociais e econômicas apresentadas e a educação.

Na ótica da economia do capital, a educação assume, em seus fins, o preparo da



mão de obra para o mercado de trabalho cuja preparação se fundamenta na visão tecnicista para atender à demanda das empresas.

Nada mais que normal, por tanto, a repetição do “mantra” da sociedade moderna competitiva: só os melhores triunfam!

Ou seja, sob a justificativa da meritocracia, aqueles que não conseguem sucesso profissional/social são incompetentes ou não tem sorte.

Assim, na onda do neoliberalismo, a educação se subordina às exigências do mercado e a escola deve promover a entrada dos pobres no mercado de trabalho, contribuindo para formação do trabalhador para as diversas atividades da empresa.

Nada obstante, a universalização do acesso à escola – “educação para todos” - que atingiu aos mais pobres, permanece como questão central a EQUIDADE que garanta de fato à todas crianças/adolescentes que vivem em territórios urbanos desfavorecidos das condições materiais e imateriais, além do acesso ao sistema educacional, possam nele permanecer no tempo regular previsto e mais do que, aprender com devida proficiência.

Assinale-se que a questão central mencionada ganha um a dimensão maior quando a sociedade vai se tornando cada vez mais heterogênea de mãos dadas com uma distribuição de renda , também, cada vez mais injusta e com desigualdades crescentes na origem social das pessoas, em suas condições de vida, em suas trajetórias e em seus universos culturais.

Por fim, as reflexões até aqui desenvolvidas apontam que, apanhando-se a noção de educabilidade desenvolvida por Nestor López (2005)<sup>3</sup> é preciso levar em conta a relação entre a vulnerabilidade social do território e a produção da desigualdade escolar, consoante pesquisas recentes, conforme assinalam Vanda Mendes Ribeiro e Claudia Lemos Vóvio quando apresentam os resultados de uma análise dos estudos sobre o tema:

Trazem indícios de aspectos que dizem respeito à moradia, às representações sociais, aos contornos de políticas educacionais, à falta de investimento público e segurança, à fragilidade da formação continuada dos professores e dificuldades relativas ao

---

<sup>3</sup> - A noção de educabilidade trata da relação Educação e Desigualdade Social a partir da articulação entre escola, território, criança/adolescente e família, facilitando ou dificultando o acesso, a permanência no sistema educacional e o sucesso escolar.



ensino e à gestão da sala de aula podem num contexto desfavorável, gerar práticas desvantajosas para as populações mais pobres e distantes do universo escolar, que vivem nos territórios mais vulneráveis. (RIBEIRO, V.M; VÓVIO, C. L,2017)

No cenário da pandemia do COVID19, não como há negar que a desigualdade escolar tende a aumentar para crianças e adolescentes que precisam de manter o isolamento social, permanecendo afastados da escola em situação de vulnerabilidade social dos seus territórios marcados por extremos carecimentos.

Antônio Góis, cronista especializado em Educação do Jornal “O GLOBO” de 23 de março, chama atenção para o fato de que no período de quarentena das famílias, é razoável supor que teremos agravado um problema de desigualdade de aprendizagem, dando como explicação a situação dos filhos de pais com menor renda e escolaridade que tem perdas maiores, pois apresentam, por exemplo, mais dificuldades em Linguagem e Matemática, considerando que as famílias em vulnerabilidade social não conseguem proporcionar aos seus filhos oportunidades de aprendizagem fora da escola

Os tempos de pandemia do COVID19, tornou urgente pensar inovações em tecnologia social de estratégias socioeducativas a luz da Pedagogia da Convivência<sup>4</sup> para ofertar proteção social a crianças/adolescentes “confinados” nos territórios mais vulneráveis.

### **CONVIVÊNCIA EM ATO ON-LINE:**

#### **Uma estratégia de ação socioeducativa.**

A expressão CONVIVÊNCIA EM ATO significa que o educador social (assistente social psicólogo etc.) e a criança/adolescente e a famílias têm em comum um espaço de relações , no qual existe uma experiência humana, em comum, de conhecimentos, valores e afetos que existe para os dois “em ato” e, não existe sem este momento, em processo - um espaço de relações, no qual ambos atores – sempre sujeitos na dinâmica da convivência - experimentam transformações que se dão nos níveis corporal, emocional e intelectual.

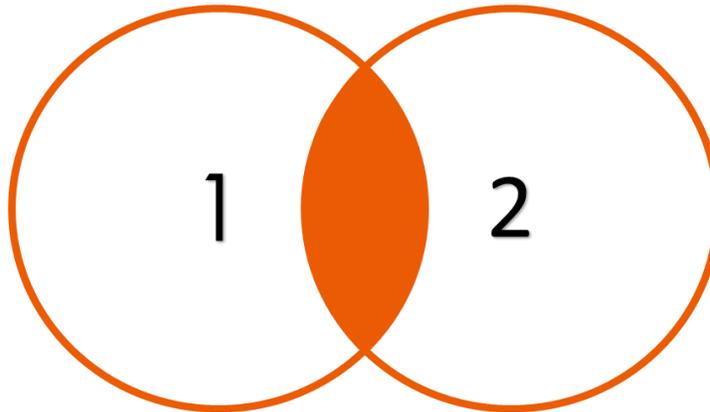
---

<sup>4</sup>-É uma reflexão específica da Pedagogia Social do educador social e teórico da Pedagogia Social catalã Xesus Jares referida no livro Pedagogia Social: métodos, teorias, experiências, sentidos e criatividade em artigo do Professor Dr da UERJ Arthur V. Ferreira (2010, pp 111-124)

## DIAGRAMA

# “CONVIVÊNCIA EM ATO”

Espaço de interseção: Educador (1) & Educando (2)



A expressão “CONVIVÊNCIA EM ATO” significa que o Técnico de Referência à Criança/Adolescente e Famílias têm em comum um espaço de relações, no qual existe uma experiência humana, em comum, de conhecimentos, valores e afetos que existe para os dois “em ato” e, não existe sem este momento, em processo – um espaço de relações, no qual o Técnico de Referência e Crianças/Adolescentes e Famílias experimentam transformações que se dão nos níveis corporal, emocional e intelectual.

O desafio era experienciar a Convivência em Ato on-line como uma estratégia da ação socioeducativa. Isto seria possível?

Segue o relato de uma experiência de Convivência Em Ato on-line realizada pela Educadora Social Yasmin François da equipe técnica da experiência piloto Ação Parceira, Educação e Proteção Social –Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com crianças de 4 a 6 anos e 11 meses -Rocinha/Rio.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> - Apresentada no livro *Pedagogia Social: métodos, teorias, experiências, sentidos e criatividade pelo Me em Serviço Social – PUC/Rio, Consultor da referida experiência piloto (2019, pp. 143 -154)*



Em breve parênteses, pode-se registrar:

Em Documento de Orientação Técnica da Política de Proteção Social da Assistência Social (2017), aponta-se “que deve haver uma intencionalidade para a construção de vínculo, e esse vínculo é uma tradução de afeto. Entende-se como uma condição essencial para o desenvolvimento do trabalho o estabelecimento de vínculo com os profissionais e uma construção de uma referência especialmente para criança e adolescente. Destaca-se, ainda, que o vínculo a ser estimulado pelo trabalho não se reduz aos profissionais, mas é também dos usuários entre si”. (BRASIL/MDS, 2017:36)

Passando a palavra para ela:

Comecei a questionar como realizar a Convivência Em Ato, não estando fisicamente com as crianças e suas famílias, pois, todos estávamos em casa em isolamento social.

(Algumas crianças estavam depressivas, com falas de que queriam morrer, não queriam mais ficar em casa; crianças que estavam com várias emoções guardadas e não sabiam como expressar; crianças que diziam que estavam com saudades de tudo que tinham antes da quarentena.).

Foram muitas reflexões e muito desafiador no começo.

O primeiro momento foi mais de acolhimento, de ouvi-los e saber o que eles estavam entendendo sobre o momento em questão e, ao mesmo tempo, explicar um pouco sobre o COVID19 e seus cuidados.

Trocamos muito por chamada de vídeo com as famílias e as crianças.

Pode-se constatar quais eram suas reais necessidades econômicas em época de pandemia. À medida em que conversas virtuais foram acontecendo, foi possível identificar o sofrimento emocional dessas famílias por vários razões: falta d'água, saneamento precário, falta de alimentos, desemprego, mesmo para aqueles do trabalho informal, crianças amontoadas em um único cômodo, saúde fragilizada, relações conflituosas e entre outros.

Percebeu-se que este contato semanal com as famílias e as crianças por chamada de vídeo, de fato, podia ser considerada como Convivência Em Ato. Ao contrário do que se podia pensar inicialmente, o momento de isolamento físico era propício para se construir outra modalidade de aproximação e, até mesmo, conhecer um pouco mais cada família on-line.

Nesta conjuntura difícil, era possível estar “dentro” da casa das crianças e suas famílias conhecendo mais o seu cotidiano e, certamente, fortalecendo, ainda mais, os



vínculos com cada criança/família.

Assim, comecei a promover “atividades socioeducativas virtuais”, semanalmente, com as crianças e seus familiares. A proposta era muito enriquecedora. Não só podia fortalecer os vínculos com crianças e destas com seus familiares, mas também, delas com suas redes de apoio, promovendo o dialogo familiar mediante o brincar juntos e mediando as dificuldades em suas relações.

A primeira atividade realizada com as crianças foi “brincar de fazer massinha” (feita de farinha de trigo, água e sal). Juntos, preparamos a massinha. Todos colocaram a mão na massa - pais, mães, avós, primos e amigos -; enquanto se conversava sobre vários assuntos, a quarentena, as comidas preferidas, as emoções, a partir da convivência e da criatividade do próprio grupo, surgiam formas geométricas, letras, números, quantidades.

Então aprendi que a convivência se constrói no dia a dia, até mesmo, à distância, como naquele exato momento. E isto era um avanço, pois, as famílias estavam participando das atividades junto com as crianças. Antes da quarentena, as famílias tinham uma rotina muito cansativa e, não poucas vezes, ainda que presentes fisicamente nas atividades socioeducativas, em conjunto, crianças e famílias, estas não conseguiam participar de fato.

Algumas famílias observaram que, em certos momentos, esperavam ansiosas juntos com as crianças pela realização da atividade proposta do dia. O retorno das famílias foi muito positivo.

Então comecei a fazer um planejamento de atividades socioeducativas on-line baseado em cada criança/família e o que eles traziam passou a ser o instrumento de trabalho.

Daí as atividades socioeducativas foram se desenvolvendo: contação de histórias, lia-se uma história, e se conversava sobre o tema, as crianças elaboravam desenhos que eram enviados por foto ou senão as próprias crianças liam a história por chamada de vídeo; movimentação corporais- danças de várias formas e brincadeiras com corpo com o objetivo de conhecerem melhor “o meu corpo”; plantação de feijão; a fazer slime. Por outro lado, diversas atividades foram propostas das próprias crianças: fazer maquiagem, brincar de mímica, brincar de adivinhar o que é o desenho feito por eles, inclusive usando material reciclável, ou quando ensinaram a educadora social, por exemplo ballet.

De tal modo que em cada atividade sempre havia a intencionalidade do ensino-aprendizagem das competências–conhecimentos, habilidades e atitudes, dando lugar as novidades, mas sempre de forma lúdica.



Com a orientação da consultora pedagógica<sup>1</sup> da Ação Parceira Educação e Proteção Social - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/ SCFV - , no propósito de atender uma das crianças, em momento de maior sofrimento emocional, recorreu-se a uma brincadeira de fazer um gatinho de batata, utilizando palitos e canetinha e sugerindo que, toda vez em que se sentisse triste e querendo conversar com alguém ou contar algum segredo o gatinho estaria lá e, assim, ela nunca ficaria sozinha. A oportunidade possibilitou “desvendar” o mundo animal.

Uma das atividades socioeducativas para todas as crianças e familiares foi desenhar a “árvore dos sentimentos”, expressando os sentimentos que eles estavam vivenciando naquele momento, de tal maneira, que foi possível conversar suas emoções, o que os deixavam felizes ou tristes e como o corpo fala por meio de diversas expressões.

Outra atividade socioeducativa contribuiu para promover uma maior interação das famílias com as crianças: a família escolhia uma foto e contavam para as crianças sobre os eventos relacionados à foto, com intuito de que eles conhecessem mais os seus antepassados e, assim, se apropriarem de suas histórias e, na sequência, pudessem representar com desenhos. Comentaram que nessa vivência/convivência experimentaram muitas emoções o que foi exigiu um “trato delicado”, pois algumas crianças/famílias têm merecido uma atenção apropriada pelo psicólogo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/SCFV- e, como também, uma reflexão específica no Estudo de Casos na reunião semanal virtual da equipe técnica

O próximo desafio, foi confeccionar máscaras com eles, usando panos velhos e elástico e sempre enfatizando o uso da máscara, já que um número considerável de pessoas não tem usado as máscaras. Na semana seguinte, foi possível realizar esta atividade, pois pode-se trabalhar, também, com os materiais que as famílias dispunham.

Visando assim fortalecer os laços familiares e comunitários, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva. Continuamos neste processo desafiador, mas também tão enriquecedor e tão grandioso, em poder propiciar momentos entre os familiares e as crianças, sempre lembrando que a convivência somente ocorre de fato na própria relação - Em Ato – No entanto, neste momento estamos experienciando a Convivência Em Ato, mas on–line. Ou seja, mesmo estando em isolamento físico sentir-se, ainda, próximos por meio da tecnologia e vivenciando uma oportunidade nunca antes sequer imaginada, de adentrar



virtualmente nas casas das crianças e de sua família.

Foi possível conseguir, mesmo que possa parecer contraditório, conhecer mais cada familiar e fortalecer os vínculos com as crianças/famílias.

E por conta dessa Convivência Em Ato on-line , conclui Yasmin França, penso na organização de trabalho socioeducativo com cada família e cada criança, após pandemia, período–desafio, em que, nada foi perdido, em que nós, educadora social e crianças/famílias nos encontramos e nos reinventamos para conseguir nos aproximar, superando o isolamento físico. Certamente, atravessaremos o período da pandemia, conhecendo muito mais cada criança e cada família na oferta da proteção social por meio de uma experiência de inovação em tecnologia social de estratégia socioeducativa denominada Convivência “Em Ato” On-Line.



## Referências Bibliográficas:

- BRASIL/MDS. Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos. Brasília/DF: MDS, 2017
- BURGOS, M. Desigualdade & Diversidade. Revista de Ciências Sociais da PUC – Rio - nº 15v, jul/dez, 2014, pp 71-105
- CARVALHO, MC. A reemergência das solidariedades micro territoriais na formação da Política Social Contemporânea. Revista Fundação SEABE, São Paulo, v 2 nº 4. 1997
- FERREIRA, AV. Toda Pedagogia é Social? In. Pedagogia Social: métodos, teorias, experiências, sentidos e criatividades – Curitiba: Editora CRV, 2019
- JARES, XR. Pedagogia da Convivência. – São Paulo: Palas Athenas, 2008
- LÓPEZ, N. Equidade Educativa y desigualdad social, Desafios de educabilidade en lo nuevo escenario latinoamericano – Bueno Aires IPE – UNESCO, 2005
- OLIVEIRA, ER. Educação e Proteção Social – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/ com crianças da Primeira Infância – uma experiência piloto realizada pela Casa Espírita Maria de Nazaré/CECMN- entidade de assistência social localizada na Rocinha – RJ. In Pedagogia Social: métodos, teorias, experiências, sentidos e criatividades.- Curitiba: Editora CRV, 2019.
- RIBEIRO, V.M; VÓVIO, C. L. Desigualdade escolar e vulnerabilidade social no território. Educar em Revista, Curitiba/Brasil, Edição Especial nº 2, p. 71-87, set 2017
- SANTOS, M. Por outra globalização. Do pensamento único à consciência universal. 6 ed – Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- TESSAROLO, EM; KROHLING, A. A passagem do programa comunidades solidárias para o programa Bolsa- Família: continuidades e rupturas. CAOS. Revista Eletrônica. Nº 16. Paraíba: UFPB, março 2011.
- TORRES, AS. Convívio, Convivência e Proteção Social entre relações, reconhecimentos e política pública - São Paulo: Veras Editora, 2016.

